

País reinicia a

renegociação da dívida

O Brasil reinicia hoje, em Nova York, as renegociações de sua dívida externa. O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, que passou ontem o dia em Brasília, viajou no começo da noite para os Estados Unidos, onde já se encontra o diretor da área externa do BC, José Carlos Madeira Serrano. A reunião será no Citibank, o maior credor individual do Brasil.

As autoridades brasileiras acreditam que até março os entendimentos com os bancos estarão formalmente assinados, restando ao próximo governo cumprir o que está sendo estabelecido. Há duas semanas, quando se divulgou em Nova York que estaria havendo divergências entre os principais bancos, com o Citibank querendo renegociar agora e o Chase preferindo aguardar o próximo governo, as autoridades acionaram o comitê assessor dos bancos credores para fazer um desmentido categórico.

A reunião de hoje, conforme os técnicos, será a efetiva deflagração do processo de renegociação, porque até agora as reuniões serviram apenas para o Brasil apresentar os pontos básicos de sua proposta. Ela prevê reescalonamento plurianual, abrangendo as dívidas a vencer pelo menos até 1989, com prazo de 14 anos para o pagamento. Além disso, o período de carência seria de pelo menos dois anos.

DÉFICIT DE US\$ 2,8 BILHÕES

Todos os dados e projeções referentes a 1985 já foram examinados pelo FMI e bancos credores. A informação transmitida por Galvêas, Delfim e Pastore aos bancos prevê um déficit em transações correntes de US\$ 2,8 bilhões este ano, resultado do déficit de US\$ 15 bilhões da balança de serviços menos saldo de US\$ 12,2 bilhões da balança comercial. O balanço de pagamentos deverá apresentar um saldo de US\$ 100 milhões, por causa da entrada de dinheiro de instituições oficiais.

Essas projeções estão condicionadas a um contínuo declínio nas importações de petróleo e do setor público, para permitir maior espaço às importações do setor privado. Projeções consideradas conservadoras por Galvêas preveem exportações de US\$ 27,9 bilhões e importações de US\$ 15,7 bilhões, com crescimento de 12,1% e 6,1% respectivamente.

Também estão embutidas nessas projeções algumas considerações, como crescimento de 3% do produto mundial industrial, permitindo que o comércio internacional evolua 3,8%. Com isso, o Produto Interno Bruto do Brasil poderá alcançar crescimento de 4,8%. É necessário, porém, que as taxas de juros não voltem a subir. O Brasil está trabalhando com Libor, a taxa do mercado Londres, de 11,5%. Se essa projeção for concretizada, o Brasil pagará US\$ 1 bilhão a menos de juros este ano, em relação aos US\$ 12 bilhões inicialmente estimados.

A renegociação com os bancos está sendo, de certo modo, facilitada porque as autoridades brasileiras praticamente abriram mão de pedir novos empréstimos, além de indicar que essa situação se prolongará por mais três ou quatro anos. Conforme o ministro da fazenda, Ernane Galvêas, os "bancos estão animados com essa perspectiva, que torna as negociações muito mais fáceis, menos desgastantes e menos prolongadas".

Este ano, sem contar com dinheiro novo dos bancos credores, restará ao Brasil receber US\$ 5,2 bilhões de instituições oficiais, para cobrir o déficit de US\$ 2,8 bilhões de transações correntes. Esse dinheiro está assim distribuído: FMI — US\$ 1,6 bilhão; Banco Mundial e IFC — US\$ 1,270 bilhão; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — US\$ 370 milhões; instituições governamentais — US\$ 810 milhões; trigo — US\$ 600 milhões; e "supplies e buyers credits" — US\$ 595 milhões.

Na renegociação com os bancos, as autoridades consideram que não haverá nenhum problema em relação à prorrogação dos compromissos de crédito comercial (projeto 3) e depósitos interbancários (projeto 4). Quanto à renegociação com o Clube de Paris, da dívida de governo a governo, só na segunda quinzena deste mês é que efetivamente as autoridades tratarão dela.

Consideram as autoridades econômicas brasileiras que o caminho está pavimentado para a conclusão da renegociação com os bancos, a partir do momento em que o diretor-gerente do FMI informou aos bancos que a sétima carta de intenções foi aprovada. Nessa carta, fixando as metas econômicas para 1985, o Brasil se compromete a não ter uma inflação superior a 170% este ano, com o acumulado ficando em 120% em dezembro; a cortar o subsídio ao consumo do trigo em junho, economizando Cr\$ 3 trilhões, que servirão para cobrir o déficit da previdência social; a manter a paridade da inflação, correção monetária e taxa de câmbio; a limitar em 50% a expansão da moeda e a reduzir os controles de preços.